



**Joana Campos Clímaco (2020) *A Alexandria dos antigos: Fascínio, exuberância e controvérsias*. Curitiba: CRV, 301p. ISBN: 978-65-5868-099-4**

Ana Paula Scarpa (Universidade de São Paulo)  
anapaulascarpa@usp.br

Em *A Alexandria dos antigos: Fascínio, exuberância e controvérsias*, Joana Campos Clímaco nos apresenta um exame minucioso das diversas identidades construídas para a cidade de Alexandria por autores gregos e latinos ao longo do período romano de dominação do Egito (séculos I a.C. – IV d.C.). Para isso, a autora se vale da análise comparativa de uma gama de fontes textuais de tradição greco-romana compostas entre os séculos I a.C. e III d.C., a qual inclui diversos autores: Diodoro da Sicília, Estrabão, Júlio César, Vitruvius, Tito Lívio, Sêneca, Lucano, Plínio o Velho, Quinto Cúrcio Rufo, Fílon de Alexandria, Flávio Josefo, Plutarco, Dião Crisóstomo, Arriano, Pausânias, Filóstrato, Aquiles Tácio, Ateneu, Plínio o Jovem, Tácito, Suetônio, Dião Cássio, Herodiano, dentre outros.

Partindo do exame desse amplo *corpus* documental, a autora evidencia a recorrência de traços identitários atribuídos à cidade, os quais, a depender do contexto e abordagem, ora ressaltaram sua importância e grandiosidade, ora deram enfoque ao aspecto subversivo e conturbado de seus habitantes. Dessa maneira, a autora navega ao longo da obra pelas temáticas recorrentemente verificadas nas fontes, as quais apresentaram Alexandria como uma cidade planejada, multicultural, festiva e como centro comercial e polo intelectual ou ainda como uma cidade rebelde, socialmente instável e que, por vezes, representou uma ameaça à ordem político-administrativa romana estabelecida no *mare nostrum*.

Mediante a constatação da importância e centralidade exercida por Alexandria no cenário mediterrânico durante o período destacado, Joana Clímaco defende a hipótese de que tais identidades – concebidas principalmente por autores estrangeiros e provenientes das elites imperiais – não corresponderam ao intuito de descrever Alexandria diretamente, mas atuaram como uma espécie de espelho de comparação e contraposição à cidade de Roma, com a qual rivalizava em termos de grandiosidade cultural, econômica, populacional e simbólica. Para tanto, a obra é dividida em cinco capítulos estruturados em subcapítulos, os quais partem da exposição e análise das fontes primárias em ordem cronológica e apresentam ao leitor a elaboração gradual de cada um dos principais traços identitários atribuídos à cidade.

O primeiro capítulo intitula-se “Alexandria se impõe no Mediterrâneo – Situando o debate” e tem como objetivo principal evidenciar as especificidades da cidade demonstrando as variantes por meio das quais obteve destaque no contexto mediterrânico. Para isso, a autora parte da apresentação panorâmica dos principais autores consultados, enfatizando que, apesar da diversidade de tonalidades e motivações das abordagens de cada um, não se deve perder de vista o fato de que todos possuíam certo grau de vinculação ao poder imperial romano, além de compartilharem um alto *status* social, algum poderio econômico e uma tradição educacional comum às elites do Império. Dessa maneira, como membros das elites escrevendo para seus pares, Joana Clímaco atribui a esses eruditos o papel de “articuladores de pensamentos comuns” (2020, p. 37), os quais circulavam pelo Mediterrâneo e formatavam, assim, certos padrões recorrentes de representação de Alexandria.

Ao longo das demais partes que compõem o capítulo, a autora dedica-se a examinar também outras características que conferiram destaque particular à cidade e, em alguns sentidos, foram utilizadas para descrever ou explicar a sua rápida expansão e a manutenção de sua grandiosidade e pluralidade cultural, econômica e social desde sua fundação por Alexandre o Grande em 331 a.C. até o século III d.C. Primeiramente, observamos a discussão relativa ao pertencimento identitário da cidade e seus cidadãos, a partir da qual a autora atribui à confluência dos referenciais culturais gregos e egípcios a particularidade da formação de Alexandria. Em seguida, destacam-se o exame do plano hipodâmico de organização da cidade e do local de seu estabelecimento – o litoral – a partir

dos quais a autora demonstra tanto o sensível crescimento populacional, naval e econômico, como a inserção do território egípcio em rotas comerciais de larga escala, todos possibilitados pela centralidade do porto alexandrino no cenário mediterrâneo e seu estímulo à mobilidade de bens, pessoas e informações. Por sua vez, no aspecto cultural, Joana Clímaco ressalta a particularidade e importância do ambiente intelectual alexandrino com o estabelecimento do Museu e da Biblioteca, instituições que exerceram enorme atratividade e produção de conhecimentos vinculados principalmente à *paideia* grega e à cultura helenística. Por fim, a autora destaca a especificidade da província egípcia séculos mais tarde dentro da própria ordem imperial romana, a qual buscou exercer um domínio mais direto do território por meio da construção de edificações tipicamente latinas, da criação de cargos político-administrativos ocupados por cidadãos romanos e do controle direto da exportação de trigo para a capital do Império.

Diversas foram as características que fizeram de Alexandria a segunda maior cidade em todo o Império Romano, assim como foram muitas as tentativas de compreender seu sucesso. Dessa forma, no segundo capítulo, intitulado “Adjetivações da fundação egípcia de Alexandre no contexto do Império Romano”, Joana Clímaco propõe um breve recuo cronológico para examinar padrões de representação presentes nas fontes que buscaram, tanto nos momentos de sua fundação (em 331 a.C.) como no estabelecimento posterior da dinastia ptolomaica (305-30 a.C.), as explicações para a grandiosidade de Alexandria. A autora demonstra como os períodos iniciais de formação da cidade foram abundantemente narrados como uma forma de “início iluminado” (2020, p. 72), sendo esse aspecto destacado nos textos greco-latinos desde o século I a.C. ao menos até o século III d.C., com Ateneu.

Alguns elementos em comum são identificados com recorrência, tais como a descrição do processo fundacional, a construção de seus edifícios e instituições, bem como a menção à beleza, prosperidade, grandeza e planejamento da cidade. Contudo, Joana Clímaco alerta-nos para a existência de mutações internas nesses padrões de representação a depender do contexto cronológico das fontes e de sua tradição cultural de proveniência, grega ou latina. Ressalta a autora que as narrativas e adjetivações da cidade tornaram-se menos frequentes com o passar dos séculos, assim como os autores gregos (como

Diodoro, Estrabão e Plutarco) tenderam a ser mais elogiosos em relação ao período ptolomaico e a exaltá-lo como um legado grego, ao passo em que os autores latinos (como Vitrúvio, Quinto Cúrcio e Sêneca) foram mais sucintos em suas abordagens, focadas principalmente em apontar o estabelecimento da dinastia ptolomaica como uma monarquia centralizadora que valeu-se de grande ostentação para desenvolver a cidade.

Entretanto, em ambas as vertentes (grega e latina) a autora demonstra uma permanência significativa nas fontes do período estudado: a vinculação da cidade à figura do seu fundador. Esse fato, conforme o defendeu, pode ser interpretado como uma exaltação aos grandes feitos do passado que ainda desfrutavam de importância no Império Romano, como era o caso da cidade de Alexandria. Nesse sentido, as ações de Alexandre o Grande eram lembradas na medida em que serviam de exemplo aos cidadãos importantes do Império. Porém, observa-se uma maior discrepância entre os autores quando são analisados os relatos sobre o estabelecimento da dinastia ptolomaica no território e o grau, maior ou menor, de atuação de seus reis nos processos de sofisticação e embelezamento da cidade. Alguns autores, como Diodoro e Estrabão, parecem atribuir aos primeiros ptolomeus a responsabilidade pela grandiosidade de Alexandria. Por sua vez, os autores posteriores, como Júlio César e Plínio o Velho, foram mais cautelosos em relação ao papel desempenhado por esses reis no rápido desenvolvimento da cidade, atribuindo à sua funcionalidade e planejamento os elementos decisórios de sua expansão.

No capítulo subsequente, “Alexandria torna-se uma ameaça política”, Joana Clímaco analisa os padrões de representação da cidade de Alexandria durante o final da dinastia ptolomaica e, posteriormente, no período de anexação do território como província do Império Romano após a Batalha do Ácio (em 31 a.C.); fato esse considerado fundamental na história alexandrina narrada pelos autores do contexto romano, tais como Plutarco, Apiano e Dião Crisóstomo. Ao longo da exposição, a autora trabalha com a hipótese de que no fim do século I a.C. “ocorreu um deslocamento das preocupações relacionadas à Alexandria” (2020, p. 121) em decorrência de mudanças no quadro das relações políticas estabelecidas entre a cidade e Roma. Deslocamento esse que a retirou do lugar de referência de produção agrícola (trigo) para reposicioná-la no cenário imperial como uma possível ameaça política.

Dessa forma, a autora constata por meio do exame das fontes que, ao contrário da representação elogiosa aos feitos dos primeiros reis, os últimos governantes da dinastia ptolomaica foram retratados como incapazes de aplacar as próprias discordâncias dinásticas e, assim, governarem a cidade. Destacam-se, portanto, os relatos que evidenciam a necessidade progressiva da interferência (direta e indireta) do poder romano nas querelas alexandrinas durante o século I a.C. e, sobretudo, após o governo de Ptolomeu XII Aulete e as instabilidades que se seguiram ao assassinato de Pompeu em 48 a.C. Da mesma maneira, as caracterizações da relação de Marco Antônio e Cleópatra, as quais frequentemente enfocaram seus desregramentos e atribuíram a ambos a responsabilidade pela guerra contra os romanos, refletiram as percepções dos autores sobre os desdobramentos do período. Mediante o destaque proposital das instabilidades políticas e sociais que permearam as décadas finais do período ptolomaico, conforme argumentou a autora, as fontes evidenciam Roma como um “sinônimo de ordem e liberdade”. (2020, p. 145)

O domínio romano de Alexandria é celebrado como “o início de uma nova era” (2020, p. 169) para a qual caberia a Otávio exercer seu poder com o objetivo de reordenar a cidade. Nesse sentido, são mencionadas em tom elogioso as muitas resoluções administrativas, econômicas e sociais implementadas no Egito nos anos subsequentes à Batalha do Ácio. Isso evidencia a percepção das elites romanas desse momento como um período de ruptura em relação à história alexandrina anterior e, não menos importante, a adoção de tal estratégia representativa como uma forma das elites endossarem a legitimidade do poder imperial de Augusto, destacando a paz e a ordem no Império que só o governante poderia garantir.

No quarto capítulo, “A Alexandria conflituosa e rebelde”, Joana Clímaco demonstra que a tendência das fontes em acentuar o caráter revoltoso de Alexandria face ao papel ordenador exercido pelos imperadores se intensificou nos séculos I e II d.C., com os relatos das revoltas que eclodiram na cidade. Relatos esses que colaboraram para a formação gradual do *topos* de Alexandria como sendo uma cidade turbulenta e instável. A autora chama atenção para o fato de que, diferentemente dos relatos das instabilidades ptolomaicas – vinculadas sempre a problemas dinásticos –, os autores que trataram dos conflitos na Alexandria romana o fizeram pelo viés de uma característica social da cidade e,

dessa maneira, buscaram retirar do domínio político-administrativo imperial qualquer responsabilidade sobre tais episódios de violência.

Por conseguinte, a autora expõe em ordem cronológica ao longo do capítulo as passagens que apontam as caracterizações negativas dos alexandrinos existentes desde o século I a.C., mas que sofreram considerável reforço após a propaganda imperial de Augusto, a qual veiculou a imagem da cidade como uma terra de devassidão e desregramentos. Assim, passagens que ressaltam a tendência à subversão, armadilhas, provocações e discórdias entre os alexandrinos são encontradas em diversos autores, desde Políbio, Cícero e Júlio César, a Estrabão, Horácio, Propércio, Lucano, Juvenal, Ovídio, Quinto Cúrcio, Tácito e Dião Cássio.

Em relação aos principados de Augusto e Tibério, ainda que fossem abordados como um período de estabilidade geral, observa-se também a tendência das fontes gregas (Estrabão, Fílon de Alexandria, Flávio Josefo e Dião Cássio) e latinas (Tácito e Suetônio) em enfatizar a necessidade de controle da população mediante o risco de uma subversão contra Roma. Por sua vez, a partir do governo de Calígula, as fontes (como Fílon de Alexandria e Flávio Josefo) passam a enfatizar o caráter turbulento do ambiente citadino por meio dos relatos das dissensões civis ocorridas entre alexandrinos e judeus, instabilidades essas que se estenderam pelos principados de Cláudio, Nero e Trajano. Especialmente sob Trajano, o conflito atingiu um patamar de hostilidade geral e resultou no quase aniquilamento do judaísmo em Alexandria. Por fim, também no início do século III d.C., as fontes (como Dião Cássio e Herodiano) voltam a abordar o cenário de violência presente na cidade com o episódio do embate direto entre os alexandrinos e Caracala.

Todavia, conforme abordado no quinto e último capítulo da obra, “Centro comercial e festivo”, o *topos* da Alexandria turbulenta não foi o único utilizado pelos autores para caracterizá-la. Nesse sentido, Joana Clímaco analisa outros três *topoi* representativos da cidade: o de importante pólo comercial do Império Romano; o de ambiente permeado por festividades coletivas e atividades lúdicas; e, por fim, o de “cidade-mundo” cosmopolita e multicultural.

Em relação ao primeiro, a autora nos demonstra que as fontes consultadas – desde Cícero até Dião Cássio – sempre destacaram a importância econômica de Alexandria, inclusive no período ptolomaico. No entanto, tais

autores não hesitaram em identificar no período romano o contexto de maior desenvolvimento econômico da cidade a partir da criação, intensificação e pacificação de rotas comerciais por parte do Império, principalmente daquelas que conectavam o Mediterrâneo ao oriente pelo Mar Vermelho. Nesse sentido, Estrabão atribui às resoluções augustanas o mérito pela intensificação das trocas comerciais nos portos egípcios e enfatiza a centralidade exercida por Alexandria nos contatos comerciais e culturais em voga no período, além de sua importância para a vitalidade de Roma por meio do abastecimento de trigo.

Paralelamente, a imagem de Alexandria como um centro festivo era outro elemento que a diferenciava das cidades contemporâneas. A esse respeito as fontes não oferecem uma perspectiva consensual, uma vez que essa característica foi indicada apenas pelos autores gregos a partir do final do século I d.C. Os autores latinos, por sua vez, não demonstraram interesse em reforçar o aspecto vibrante e lúdico da cidade em razão da potencialidade subversiva que o acúmulo de pessoas no teatro, no hipódromo e na ágora durante essas celebrações poderia representar para o poder imperial.

Por fim, tanto em razão de seu destaque econômico como do desdobramento da atração que suas festividades exerciam sobre visitantes estrangeiros, a autora chama atenção ainda para a recorrência do padrão representativo de Alexandria – principalmente nas fontes gregas, como Dião Crisóstomo – como sendo um centro aglutinante e irradiador de diferentes culturas, línguas, rumores e modas: “nenhum outro local do Império tinha esse talento para a divulgação e propagação como Alexandria, e esse potencial era notado pelos antigos”. (2020, p. 273)

Em suma, ao percorrer os cinco capítulos de *A Alexandria dos antigos: Fascínio, exuberância e controvérsias*, conclui-se que Joana Clímaco satisfatoriamente nos evidencia que a recorrência de certos padrões representativos e caracterizações utilizados pelos autores greco-romanos entre os séculos I a.C. e III d.C. para se referirem à cidade de Alexandria está longe de ser ingênua. Pelo contrário, a repetição desses temas e dos juízos de valor que os acompanham demonstra-nos o posicionamento das elites e, com elas, o da administração imperial em relação ao desenvolvimento da cidade e suas vicissitudes. Não por acaso, as facetas mais mencionadas ou criticadas pela tradição textual consultada foram aquelas que a aproximaram da magnitude de

Roma, a saber: seu aspecto de grandiosidade, de opulência, de festividade, de centro simbólico e intelectual, de ambiente revoltoso e culturalmente ativo.

Portanto, tendo em vista os objetivos iniciais de investigação e a metodologia empregada para análise das fontes primárias, ao fim do livro atesta-se a confirmação da hipótese central defendida pela autora: a de que uma leitura atenta, comparativa e cronológica das fontes selecionadas permite-nos vislumbrar mais do que os desejos pessoais dos autores greco-latinos em mencionar ou descrever a importância e exuberância da cidade de Alexandria no período romano. Tal exercício nos permite compreender também as relações de tensão e contraposição envolvidas entre Roma e Alexandria a partir do destaque econômico, cultural e simbólico que a capital da província egípcia alcançou no cenário mediterrâneo à época.

Soma-se à pertinência da tese defendida outros pontos que julgamos importante mencionar como méritos da obra. Em primeiro lugar, destacamos o amplo escopo bibliográfico mobilizado como suporte à leitura das fontes primárias e como reflexão crítica das principais discussões levantadas. Essa amplitude reflete tanto a solidez da trajetória de pesquisa da autora quanto a qualidade do percurso doutoral desenvolvido na Universidade de São Paulo (2008-2013), do qual o livro que se apresenta é fruto. Ademais, a obra tem um lugar importante a ocupar no cenário nacional e internacional de pesquisas, uma vez que investiga de forma panorâmica um contexto específico, o do Egito greco-romano, que é ainda pouco explorado em dias atuais, principalmente se levarmos em conta o volume de estudos dedicados a períodos anteriores da história egípcia.

Além da preocupação em analisar com profundidade a formação de percepções e sentidos comuns decorrentes de um contexto histórico especialmente rico em discussões e desdobramentos, em *A Alexandria dos antigos* a exposição do conteúdo é feita de maneira clara, didática e generosa, na medida em que Joana Clímaco preocupa-se em oferecer ao leitor numerosas citações diretas às variadas fontes textuais consultadas, todas acompanhadas de suas respectivas contextualizações e análises, o que permite à obra extrapolar um público especializado de leitores e, assim, encontrar amplas fronteiras de interlocução.

*Data de publicação: 23/02/2024*